

**Temática:** Alimentação, políticas públicas e sociedade.

**Estudo de mecanismos para popularização do conhecimento acerca da  
Segurança Alimentar e Nutricional.**

Mônica de Caldas Rosa dos Anjos<sup>1</sup>

Walter Antonio Bazzo<sup>2</sup>

**Resumo**

A participação efetiva da sociedade, na tomada de decisões de impacto social e na projeção de políticas públicas, está vinculada à necessidade de informação e de inclusão social, por meio da popularização da ciência. É imprescindível disseminar um pensamento crítico, capaz de desenvolver, no indivíduo, a compreensão dos fatores que interferem no cotidiano da comunidade, a fim de que possa exercer o controle social e exercitar a cidadania. Uma comunidade melhor instruída é capaz de criar oportunidades, trazendo como conseqüências, trabalho, educação, saúde, dignidade e qualidade de vida a seus moradores. Organizar a população, para que participe do processo de planejamento, execução e controle de ações, é uma forma de garantir o crescimento e desenvolvimento da comunidade e a SAN. O objetivo da pesquisa é criar mecanismos para a construção de uma rede de informação, permanente, atuante e acessível à comunidade, visando trabalhar questões sobre SAN. A pesquisa será realizada em uma comunidade participante de movimentos sociais, cujo tema da SAN, seja ponto de pauta de discussões entre os participantes. Os debates ocorrerão em espaços abertos e serão conduzidos por meio de Rodas de conversa. A situação de insegurança alimentar e nutricional será diagnosticada e estratégias para a reversão do quadro serão elaboradas em conjunto com a comunidade. Mecanismos de difusão do conhecimento serão estudados quanto à viabilidade e adequação ao contexto da comunidade, sendo implementados e avaliados quanto à eficácia. Espera-se, com esta iniciativa, difundir o conhecimento sobre SAN, transformando a realidade social da comunidade.

**Palavras-chave:** redes de informação, problematização, dialogicidade

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência dos Alimentos. Professora Assistente I do Departamento de Nutrição da UFPR. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica - UFSC.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor Associado II do Departamento de Engenharia Mecânica e do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica - UFSC.

## **O problema da Insegurança Alimentar e Nutricional**

De acordo com dados do IBGE (2006), no ano de 2004, havia, no Brasil, 72,2 milhões de pessoas, em 34,8% de domicílios particulares, vivendo em situação de Insegurança Alimentar. Nestes domicílios, o nível de insegurança alimentar variava, conforme as condições de acesso aos alimentos necessários para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional<sup>3</sup>. A pesquisa encontrou 16% de domicílios com insegurança leve, ou seja, com comprometimento da qualidade da alimentação, 12,3% com insegurança moderada, com comprometimento da quantidade e 6,5% com insegurança grave, havendo a ocorrência de fome.

Os problemas de Insegurança Alimentar e Nutricional afetam, sobretudo, os segmentos sociais, cujo acesso aos alimentos é precário, seja por insuficiência de renda ou pela incapacidade de produção para o próprio consumo (FREITAS; PENA, 2007). Por outro lado, não se pode pensar que a insegurança alimentar seja consequência apenas da ausência ou insuficiência de alimentos para o consumo, mas também do consumo inadequado de alimentos, seja pela falta ou omissão de informações sobre os alimentos que serão consumidos. Outra questão que deve abranger os estudos acerca da Insegurança Alimentar e Nutricional, diz respeito à forma atual de produção de alimentos, que é predatória em relação ao ambiente e bens essenciais, com a prática de preços abusivos e a imposição de padrões alimentares, que desrespeitam a diversidade cultural (BRASIL, 2007).

Alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional é um direito, da qual a sua ausência implica na falta de oportunidade do indivíduo se desenvolver e participar plenamente da vida (FREITAS; PENA, 2007), visto que a violação do direito humano à alimentação adequada, afeta, sobremaneira, a garantia dos demais direitos humanos (ONU, 1999).

## **O papel da Sociedade Civil Organizada na legitimação de direitos**

A participação da sociedade civil, na formulação de políticas públicas, por meio da criação de espaços públicos de debate, vem transformando a realidade social do País, tornando possível, através da pressão coletiva, que exerce, a legitimação de direitos humanos.

A constituição de direitos baseia-se no exercício de práticas de cidadania que garantam, ao cidadão, a sua liberdade, se fazendo necessário, para um processo continuado de democratização, promover campanhas que visem o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivos, que reforcem o tecido

---

<sup>3</sup> A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

associativo e que estimulem a participação do sujeito nas tomadas de decisão (JACOBI, 2008).

Um exemplo recente, bem sucedido no Brasil, refere-se à campanha realizada, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de entidades civis, movimentos sociais, órgãos públicos e privados, organizações não governamentais, entre outros atores sociais, para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional, 047/2003, do Senador Antônio Carlos Valadares. O impacto da campanha resultou na promulgação de emenda constitucional 64, que incluiu, no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, o Direito Humano à Alimentação (BRASIL, 2010).

Esta importante vitória, que contou com a participação efetiva da sociedade, corrobora com os pensamentos de Peruzzo (2009), que pontua que as mudanças na qualidade da cidadania vêm da sociedade civil e tem relação direta com a consciência do direito a ter direitos. Neste contexto, a autora enfatiza a importância dos movimentos sociais populares no processo de transformação social, visto que se reconhecem como portadores de direitos e, ao atuarem juntamente com um conjunto de fatores e de atores, proporcionam a concretização das mudanças (PERUZZO, 2009).

No Brasil, os movimentos sociais, de identidade de projeto, ou seja, que buscam a transformação social, crescem e ganham o apoio das organizações não governamentais, no desenvolvimento de um trabalho social-educativo, com vistas a garantir os direitos fundamentais do ser humano (PERUZZO, 2009). Ivanissevich (2009) aponta para a mesma direção, quando alerta que a participação efetiva da sociedade, na tomada de decisões de impacto social e na projeção de políticas públicas, está vinculada à necessidade de informação e de inclusão social, por meio da popularização da ciência.

Neste sentido, os movimentos sociais populares são artífices de primeira ordem no processo de transformação social (PERUZZO, 2009), devendo ser o ponto de partida para o processo de mobilização da sociedade em prol da garantia de direitos.

### **Educação cidadã e a inclusão em uma sociedade em transformação**

De acordo com Gomes (2005), a manutenção da ignorância é dada pela exclusão e condição do homem como objeto, sujeito à opressão. Neste sentido, se faz necessário um ensino de ciências baseado em uma educação política, que transforme o modelo de ciência e tecnologia excludente, em um modelo voltado para a justiça e igualdade social (SANTOS, 2008). Deve-se compreender a ciência como socialmente comprometida e inclusiva, que permita, por meio de uma postura de abertura e de efetiva interação com os atores sociais, a criação de espaços de reflexão, diálogo e gestão (FONSECA, 2007).

A inclusão social possibilita, a cada cidadão, a oportunidade de adquirir conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento, dando-lhe condições de compreender sua realidade, de modo a ampliar suas ações políticas e melhorar a qualidade de vida. O conhecimento da ciência é uma condição necessária, mas não suficiente, visto que isolada não resolve os graves problemas de desigualdades sociais, de desemprego, de degradação ambiental e de ética (MOREIRA, 2006). Da mesma forma, ações assistencialistas negam a possibilidade do homem de ser sujeito, não sendo responsável e nem tomando decisões acerca de suas ações, tornando-se passivo, diante da realidade (GOMES, 2005) e sendo facilmente manipulado.

Por este motivo, é imprescindível disseminar um pensamento crítico, capaz de desenvolver, nas pessoas, a compreensão dos fatores que interferem no cotidiano, a fim de que possam exercer o controle social (FONSECA, 2007). A partir do momento em que o sujeito, entra em contato com o conhecimento e toma consciência do seu contexto, modifica a sua realidade (GOMES, 2005).

É necessário compreender que a educação não deve estar restrita ao uso ou não uso da tecnologia, mas deve ser capaz de pensar nas possibilidades e valores humanos (SANTOS, 2008), a fim de propiciar a transformação social, por meio da reformulação de hábitos, da aceitação de novos valores e do estímulo da criatividade, criando uma prontidão para atuar em prol da mudança (KRUSCHEWSKY *et al.*, 2008). Neste caso, para que os conceitos da ciência sejam entendidos, reconhecidos e significados, é necessário problematizar a vivência e a realidade dos educandos (GEHLEN *et al.*, 2006).

A problematização possibilita uma prática educativa participativa que favorece a transformação do indivíduo, atrelada a da sociedade em que está inserido (KRUSCHEWSKY *et al.*, 2008). Esta participação deve ser permeada por princípios orientadores, que desenvolvam a competência, criatividade, solidariedade e habilidade para solucionar problemas (TAMIETTI *et al.*, 1998<sup>4</sup> *apud* KRUSCHEWSKY *et al.*, 2008; SANTOS, 2008).

## **Movimentos sociais populares e as formas de comunicação**

Os movimentos sociais são formados, geralmente, por pessoas submetidas às mesmas pressões sociais ou dificuldades e originam as organizações, os partidos, as associações, pautados na ação coletiva orientada à mudança. Anteriormente, tinham o foco voltado para a reivindicação e mobilização na esfera do trabalho e produção, sendo direcionado para melhorar as condições de vida da população, ampliando o acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico. Fundamentam-se na construção da democracia,

---

<sup>4</sup> TAMIETTI, M. B.; CASTILHO, L. S.; PAIXÃO, H. H. Educação em saúde bucal para adolescentes: inadequação de uma metodologia tradicional. **Rev. Arquivos em odontologia**. V.34, n.1, p.33-45, 1998.

dependente da capacidade de articulação entre os atores sociais e da prática da cidadania (MARTELETO, 2001).

Neste contexto, os movimentos sociais fazem uso de redes sociais, visando sanar uma necessidade de articulação com os outros grupos, de mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006). Utilizam-se da comunicação comunitária, no intuito de provocar a mobilização social e realizar ações concretas para melhoria da consciência política e das condições de existência das populações empobrecidas (PERUZZO, 2009).

A comunicação comunitária, ou seja, popular, participativa, horizontal ou alternativa, usada no exercício da cidadania, pode se manifestar de diversas formas. A presencial, por meio de fóruns, grupos de discussão; a impressa, com o uso de panfletos, boletins, jornais; a sonora, através de carros de som, rádios; a áudio-visual, a partir da televisão, do vídeo e; mais recentemente, a virtual, com o uso da *internet* (PERUZZO, 2009).

A forma como a informação é veiculada e refletida, deve ser considerada, visto que a informação está sempre impregnada pelo poder e conflito, bem como por possibilidades de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Por este motivo, é necessário encontrar um equilíbrio entre as questões antagônicas, de modo a atender o proposto, tornando cada sujeito um ator social, capaz de transformar a realidade social, a que está inserido (SCHERER-WARREN, 2006).

Atualmente, a possibilidade de fragmentação de saberes e culturas está ampliada, devido ao bombardeamento de informações recebidas e assimiladas, sem a realização de uma análise prévia da qualidade e veracidade dos fatos emitidos (ACIOLI, 2007). Neste caso, e de acordo com Freire (2003)<sup>5</sup> *apud* Gomes (2005), as idéias não devem ser ditadas ou simplesmente repassadas ao educando, para que desta forma, ao pensar sobre a realidade e buscar embasamento, possa incorporar o conhecimento e reinventar sua situação.

Esta rede de comunicação, geralmente, instituída em espaços informais de relações sociais, articula-se nos três níveis, global, regional e local, produzindo efeitos para além dos espaços de vigência (ACIOLI, 2007), ganhando voz e representação nos espaços formais da sociedade, sejam estes o Estado, Instituições representativas ou acadêmicas e de pesquisa.

## **O objeto de estudo**

O presente projeto de doutoramento surgiu da necessidade de compreender como o conhecimento, acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, pode ser popularizado, com vistas a ampliar as discussões realizadas neste contexto, tornando acessível, à comunidade, o entendimento, a elaboração de estratégias e

---

<sup>5</sup> FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

o desenvolvimento de ações necessárias à reversão da situação de insegurança alimentar e nutricional vivenciada.

Neste sentido, as ações realizadas e os resultados alcançados, em um dos projetos de extensão desenvolvidos, desde 2006, entre a universidade e uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, foram analisados, visando levantar as fragilidades e potencialidades das atividades executadas.

A constituição de parcerias entre a comunidade e as universidades, por meio de ações de extensão, é uma forma de disseminar o conhecimento construído no meio acadêmico, estimulando a inserção de estudantes no contexto social das comunidades que as cercam. A participação dos estudantes nessas ações favorece a vivência de situações problema, promovendo a formação de um pensamento crítico, capaz de atuar em prol da construção de soluções viáveis, além de retornar à universidade, conhecimentos apreendidos e incitar reflexões e discussões, nas relações sociais a que estão inseridos. Neste caso, a rede de informação é alimentada e ampliada para várias direções.

Os participantes do projeto eram trabalhadores provenientes de panificadoras comunitárias, vinculadas à organização da sociedade civil.

Dentre as ações desenvolvidas pelo projeto, foi realizado um levantamento sobre a percepção dos atores sociais acerca dos motivos que levavam as famílias, participantes do projeto, a vivenciar uma situação de insegurança alimentar, sendo relatadas as seguintes situações: desemprego; baixa renda; problemas de saúde; falta de informação; falta de acesso ao alimento, à moradia, à educação e à saúde; localização de residências em área de risco social; drogadição e alcoolismo; uso inadequado de alimentos disponíveis e ausência de centros de abastecimento de alimentos nas proximidades da comunidade. Da mesma forma, ações que pudessem alterar o contexto social destas famílias e da comunidade em que estão inseridas foram levantadas e apontaram para a busca de conhecimento voltado à melhoria das condições de vida e ao resgate da cidadania e dignidade humana.

Os debates ocorreram mediados pela metodologia problematizadora, de Paulo Freire, instigando a participação, reflexão e diálogo sobre o tema da Insegurança/Segurança Alimentar e Nutricional.

Os trabalhadores, ao participarem das ações do projeto, comprometiam-se em disseminar o conhecimento construído, a fim de ampliar as discussões nas suas panificadoras e comunidade de origem. No entanto, o conhecimento construído ficava estagnado, com os participantes dos debates, não sendo multiplicado e disseminado entre os demais elos da rede, conforme simulação apresentada na Figura 01.

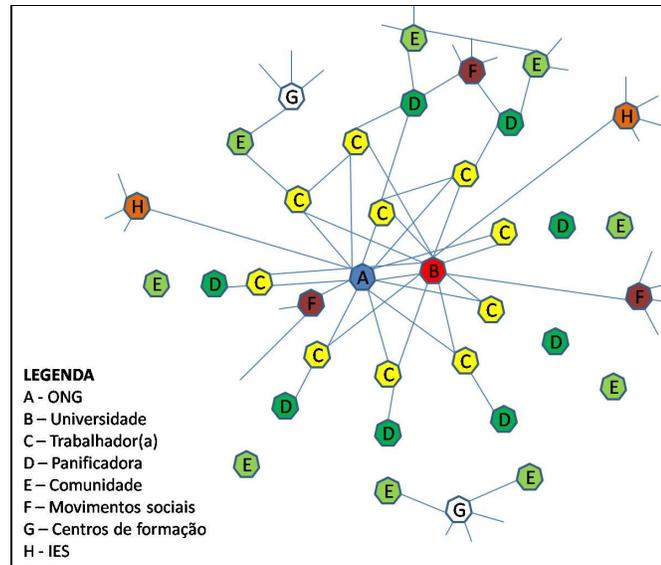


Figura 01 – Rede social de contatos.

É possível verificar que a rede de comunicação é frágil, não ocorrendo vínculos nas extremidades, onde algumas panificadoras e comunidades estão inseridas. Estas falhas de comunicação podem estar relacionadas ao fator levantado, junto aos trabalhadores, que diz respeito à forma como o conhecimento era debatido nas panificadoras, no retorno dos participantes, que faziam uso do poder, oriundo do novo conhecimento, nas relações de ensino e aprendizagem, gerando desconforto e descrédito por parte dos demais membros.

De acordo com Marteleto (2001), as relações de poder que advêm de uma organização não-hierárquica e espontânea, devem ser consideradas, procurando entender a interferência do conhecimento e da informação no processo.

Neste caso, se faz necessário criar meios para que a própria comunidade se torne autônoma, visando construir, juntamente com seus pares, conhecimentos técnico-científicos capazes de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional. Na Figura 01, duas comunidades desvinculadas da rede, por falhas de comunicação, buscaram informações em outro centro de formação, no entanto, não compartilharam o conhecimento com a rede de estudo.

É com este intuito que o presente projeto tem por objetivo criar mecanismos para a construção de uma rede de informação permanente, atuante e acessível à comunidade. Entendendo-se por redes de informação, a possibilidade de troca permanente de informação entre indivíduos ou grupos de uma mesma comunidade ou de comunidades diversas, que tenham como ponto em comum, ou seja, de conexão, discussões e ações voltadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

## **A metodologia**

A pesquisa será realizada em uma comunidade participante de movimentos sociais, cujo tema da Segurança Alimentar e Nutricional e/ou do Direito Humano à Alimentação Adequada, sejam pontos de pauta de discussões entre os participantes.

A princípio, será realizado um diagnóstico, acerca da rede de informação utilizada para a disseminação do conhecimento sobre Segurança Alimentar e Nutricional e/ou Direito Humano à Alimentação Adequada, com base no proposto por Acioli (2007). Entrevistas, questionários e observações serão realizados com a intenção de compreender a realidade social da rede e de identificar relações mais ou menos densas e simétricas, entre os atores sociais (elos de ligação), a fim de apontar diferenças existentes nos canais de informação e nos padrões de comunicação.

A rede será avaliada com relação ao tamanho, ao número de unidades, aos efeitos dos contatos indiretos, ao número de cliques, ou seja, de atores sociais, direta e fortemente, ligados a todos os outros atores sociais e à centralidade.

O tamanho da rede possibilitará avaliar a multiplicidade de relações existentes, a qualidade destas relações e o papel que cada ator social define para si próprio dentro da rede, medindo a intensidade, durabilidade e frequência de sua relação (ACIOLI, 2007). A avaliação de cliques é importante para identificar os atores que desempenham o papel de ponte, fazendo a informação circular pelo ambiente da rede e a centralidade identifica a posição hierárquica e de poder do ator social na rede. A centralidade poderá ser avaliada quanto à informação, ou seja, quando o ator social recebe, devido a sua posição, informações provenientes de vários elos, quanto à proximidade, ou seja, facilidade de se aproximar dos outros elos e, quanto à intermediação, ou seja, o quanto cada ator atua como ponte, facilitando o fluxo de informação (MARTELETO, 2001).

Perguntas norteadoras serão realizadas, com a finalidade de definir o ponto central da rede, os contatos diretos e indiretos e as articulações existentes entre os níveis de relação, sejam direto-direto, direto-indireto e indireto-indireto.

Com as respostas obtidas, será possível identificar as fragilidades e potencialidades da rede atual de informação, debatendo, junto ao grupo de atores sociais, proposições para a melhoria da eficácia da rede, a fim de torná-la adequada à realidade da comunidade.

Os debates e entrevistas serão gravados e seus conteúdos transcritos para posterior análise.

## Os resultados esperados

Almeja-se, com esta iniciativa:

1. Contribui com a instituição de processos permanentes de educação e capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada na comunidade a ser estudada;
2. Debater a importância da autonomia da comunidade, a fim de que possam buscar, avaliar e debater conhecimentos novos, necessários à manutenção e alimentação da rede social de informação;
3. Viabilizar a participação ativa dos atores sociais, desde o planejamento até a manutenção da rede social de informação;
4. Promover debates, no âmbito da universidade, sobre o papel que docentes e discentes têm na transformação da realidade social.

## Referências

ACIOLI, S. Redes e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**. V.12, n. esp., 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=http://www.uel.br/revistas/informacao>>. Acesso em: 05 abr. 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Agora é lei: alimentação é um direito; CONSEA celebra com parceiros**, 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/pec-alimentacao>>. Acesso em: 07 abr. 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Campanha alimentação: direito de todos**, 2009. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/pec-alimentacao>>. Acesso em: 06 out. 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Relatório da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional – por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional**, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Consea/3Conferencia/Static/Documentos/RelatorioFinal.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

FONSECA, A. B. Ciência, tecnologia e desigualdade social no Brasil: contribuições da sociologia do conhecimento para a educação em ciências. **Revista Eletrônica de Enseñanza de las Ciências**. V.6, n.2, p. 364-377, 2007. Disponível em: <[http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART8\\_Vol6\\_N2.pdf](http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen6/ART8_Vol6_N2.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2009.

FREITAS, M. do C. S. de; PENA, P. G. L. Segurança Alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.20, n.1, p.69-81, jan./fev. 2007.

GEHLEN, S. T.; AUTH, M. A.; AUTER, D. A. A problematização no contexto da situação de estudo: primeiras discussões das concepções de Freire e Vigotski. In: **VI Anped Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, Ijuí, 2006.

GOMES, M. A. de Concepção problematizadora da educação. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.20, p.180-184, dez. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Segurança alimentar: 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 148 p.

IVANISSEVICH, A. A missão de divulgar ciência no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.61, n.1, 2009. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252009000100002&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Out. 2009.

JACOBI, P. R. Estado e Educação: o desafio de ampliar a cidadania. **Educar**, n. 31, p.113–127, 2008.

KRUSCHEWSKY, J. E.; KRUSCHEWSKY, M. E.; CARDOSO, J. P. Experiências pedagógicas de educação popular em saúde: a pedagogia tradicional versus a problematizadora. **Rev. Saúde com**, v.4, n.2, p.160-176, 2008.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, v.30, n.1, p.71-81, 2001.

MOREIRA, I. de C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão social**, v.1, n.2, p.11-16, abr./set. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DO ALTO COMISSARIADO DE DIREITOS HUMANOS. Comentário Geral número 12 - O direito humano à alimentação (art.11), 1999.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v.11, n.1, p.33-43, jan/abr. 2009.

SANTOS, W. L. P. dos Educação científica humanística em uma perspectiva Freiriana: resgatando a função do ensino de CTS. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.1, n.1, p.109-131, mar. 2008.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v.21, n.1, p. 109-130, jan./abr., 2006.